O PROCESSO REDEMOCRATIZADOR

HELVÉCIO DE OLIVEIRA AZEVEDO*

Retornando de Madri, coube ao Sen. Franco Montoro explicitar o que estava no ar: o *modelo espanhol.* Verificaremos, porém, que o caso espanhol não caracteriza novo enfoque teórico, sendo antes exemplo de um princípio tão velho como a política. Isto não o desmerece. Pelo contrário, valoriza-o porque se lastreia na experiência humana. É lamentável que o senador não o tenha compreendido.

Este ensaio propõe certo tipo de comportamento na política como maneira de se chegar ao grau de democracia que almejamos para o Brasil. Esta maneira consistiria em reconhecer, *na prática,* a realidade mais fundamental da política: que as forças sociais existentes são mutuamente dependentes. Supõe-se aqui que as partes querem a democracia. Dada a impossibilidade, na conjuntura brasileira, de qualquer dessas forças destruir a outra, inclusive porque todas almejam a convivência democrática, elas terminariam conscientizando-se, ao cabo de numerosas vicissitudes, da necessidade de contarem uma com a outra na conquista da democracia. Não obstante o jeito de lugar-comum, tal coisa é mais difícil do que parece. Especificamente, isto implica que o grupo político no poder estaria limitado, em *seus* esforços democratizadores, pelo comportamento da oposição e dos demais grupos na sociedade civil, do mesmo modo que estes veriam restringidos *seus* anseios democráticos pelas características do grupo dominante. A saída do impasse seria uma seqüência de momentos em que cada lado agiria de certa forma (forma esta que ficará clara com as considerações a seguir). A situação constituiria, então, uma *dialética democratizadora.*

A nova situação na Espanha merece ser examinada por resultar de uma política efetivamente dialética (e não abstrata). Só com isto já se terá nova luz no caso brasileiro, visto que, como disse, é universal a *metodologia* do exemplo espanhol.

Para os fins desta análise, alinho suas características mais importantes:

* Professor e pesquisador de ciência política no Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO), da Fundação Getulio Vargas.

1. Realiza-se a democratização espanhola sob o controle de um forte poder moderador. Seu detentor nem foi eleito, nem é elegível, pois é um rei. Cooptado por Franco, sequer o foi no devido grau sucessório (posteriormente, o herdeiro direto, o Conde de Barcelona, abdicou do trono).

Entendo por *poder moderador* a capacidade de exercer uma arbitragem sobre todo o jogo político, preservando o equilíbrio da dominação quando ameaçado (é irrelevante aqui o não-reconhecimento jurídico de tal função; importa apenas que exista sociologicamente). *Cooptado* é o indivíduo escolhido a dedo e sem eleições livres.

É por demais evidente a importância da monarquia no processo espanhol. Para o historiador Hugh Thomas, ela e as características individuais de seu ocupante constituem *a peça mais importante*. Não se deve, porém, inferiorizar os outros fatores.

Em Portugal também, com o regime razoavelmente estabilizado, dá-se algo equivalente: o poder moderador continua exercido por alguém cooptado para a Presidência da República no estamento militar e posteriormente homologado pela Assembléia Nacional.

Entre nós, Geisel exerce semelhante papel. Quanto à natureza cooptada desse poder, pareceria não haver qualquer diferença de substância relativamente ao Brasil. Seria possível uma completa democratização sob a égide de um presidente cooptado como Geisel? A resposta parece negativa. Isto porque há uma diferença essencial entre as duas cooptações, além de outras consideradas adiante. O que não impede Geisel de iniciá-la por alguns pontos, como, aliás, já o vem fazendo com a liberdade de imprensa e outras medidas, mas o que fizer será insuficiente diante do desejável.

Isto se vê, raciocinando por absurdo, no caso espanhol. Suponhamos que numa súbita mudança psicológica Franco quisesse, quando vivo, uma democratização nos moldes da que se desenvolve em seu país. Ele não o conseguiria, pois seu objetivo dependeria de fatores irremovíveis como o tempo de vida disponível, a cristalização já ocorrida em sua legitimidade, além de outras características essenciais. Na prática, faria algo, mas bem longe do fenômeno atual. Foi preciso que, ausente do poder, viesse um elemento de certo modo novo. Que algo *de certo modo novo* é esse? Aqui se perceberá a diferença entre as cooptações de Geisel e do rei Juan Carlos.

Aconteceu, portanto, uma sucessão na Espanha. Também entre nós elas acontecem. Poderia ter ocorrido na terra de Cervantes algo do gênero brasileiro ou algo de acordo com o primeiro exemplo de Portugal, quando um autoritarismo pessoal foi sucedido, sem alteração de substância, por Marcelo Caetano (isto se reflete no recente livro de Caetano, *Minhas memórias de Salazar*). Vê-se que essa modalidade continuísta de sucessão não discrimina entre os autoritarismos pessoais (como os ibéricos) e os impessoais (como o nosso).

Concentremo-nos no realmente ocorrido em Madri. Lá, introduziu-se *de certo modo* uma diferença qualitativa na dominação, ao se transmitir o poder. Sutil diferença essa, mas necessária à mudança do padrão de

legitimidade e, o que é mais, ao aumento desta. E a nova e acrescida legitimação contribuirá para viabilizar um tipo *atualizado* e *maior* de democratização. O princípio geral dessa sucessão consiste no seguinte: cooptar pessoa que, não obstante inserida no sistema, é capaz de comportar-se algo diferente das demais pessoas do sistema. Um sucessor filial: vem dele, mas não vai para ele (nem contra ele). Um sucessor inexplicável sem ele, mas inconfundível com ele. Um sucessor capaz desta ambivalência: representar *de início* o máximo de diferença possível sem ruptura drástica. Seria uma ruptura dialética. Mas continuo genérico. Especifico, portanto: creio que um *sucessor civil* muito contribuiria para otimizar de início a democratização. Por corresponder a uma preferência coletiva, a condição de civil concorreria consideravelmente para a legitimação do líder da democratização e isto é essencial ao controle desta. Mas atenção: trata-se de uma variável muito útil ou, provavelmente, necessária, mas insuficiente. Adiante surgirão outras.

Observe-se como a vinculação dialética se armaria: quando o próprio regime dominante admite e executa essa modalidade algo diferente de cooptação, ele o faz reagindo a certas atitudes e comportamentos observáveis, ou pressões, vindos da sociedade; e esses comportamentos dos grupos sociais ou sociedade podem ser compreendidos se postos em oposição à organização política existente.

Esta diferença inicial contribuiria para que o sucessor não esteja tão impregnado da falta de aceitação e consenso que caracteriza o regime burocrático-militar brasileiro, mas sem incitar a hostilidade deste. Suscitará, mais facilmente, receptividade e entusiasmo. É possível comparar as *candidaturas* de Magalhães Pinto e do Gen. Figueiredo: a primeira obteve maior consenso na sociedade civil, é mais percebida, mais aceita, acrescendo-se que o MDB, ao que parece, a apóia unanimemente. Isto é uma vantagem inestimável numa empreitada dessas.

Consideremos agora outro aspecto dentro deste ponto. A verdade é que, sociologicamente, existe de fato entre nós um poder moderador mais efetivo e profundo, do qual Geisel é o agente. Esse poder, percebe-se, é o Exército, a força militar suprema. "O Exército da República: guardião dos valores e das instituições nacionais", disse no dia do soldado (1977) o Vice-almirante Newton Braga de Faria. Democratizada a política, inclusive com um eventual presidente civil, permanecerão por muito tempo as condições socioculturais que o tornam o supremo árbitro político, pronto a intervir assim que se ameacem *ostensivamente* (ou seja, antidialeticamente) os fundamentos da convivência social. Não sei se sua intervenção seria tão decisiva ou mesmo se ocorreria numa situação de lenta e paciente infiltração aculturadora, admiravelmente bem conduzida e favorecida pelas circunstâncias. Tal situação propriamente nunca ocorreu, mas, apenas para especular uma longínqua brecha, o Exército foi o primeiro e o maior promotor entre nós do nacionalismo econômico, embora se tenha revelado, sobretudo depois de 30, refratário a *movimentos de massa.*

Contudo, dependendo de certas variáveis, poderia socializar-se nalguma modalidade destes, desde que também ligada àquele nacionalismo.

Certo mesmo é a sobrevivência pós-democratização, se bem que em latência, deste *poder moderador profundo*. Como sobrevive, aliás, na Espanha. Até quando será assim, obviamente ninguém sabe. Contudo, desde que ocorram: a) o desuso desse poder em função de uma prolongada vivência democrática; b) mais a mudança sociocultural concomitante ao desenvolvimento econômico, os militares terminarão perdendo aquela função. Afinal, nenhum poder é eterno. Essa sobrevivência incubada, mas real, é *uma das* razões para se utilizar a tática dialética.

Assim sendo, óbvio que o melhor é não *institucionalizar* (ou seja, não traduzir na legislação) a realidade desse poder. Por mais que se institucionalize, jamais o poder político se limitará aos órgãos formais de governo, como pretende nosso vezo jurisdicista alienado. Fazê-lo no caso dos militares constituiria clamorosa incompreensão. Como, proporcionalmente à democratização dialética, este poder retornará à existência latente e dado que sua institucionalização, além de desnecessária, seria visceralmente contrária à ideologia democrática, a única via é a da continuação das atuais disposições egnéricas na Constituição (art. 91), se tanto.

A coerência com a metodologia proposta exige a aceitação do que for realmente irremovível e, por isso, sendo impossível agora um civil, maximizem-se compensadoramente as demais características ou fatores (adiante apresentados).

Mas, neste caso, o militar sucessor dificilmente firmará uma liderança ou uma corrente para o futuro. O civil que vier depois é que o fará (satisfazendo as outras condições a seguir). Implicação disto: só depois do último militar é que a democratização atingirá o ponto desejado.

2. Na Espanha há um sistema parlamentarista. Vimos que o poder moderador é o elemento diretor dessa democratização que se faz a partir de uma situação autoritária. Teoricamente, a vantagem desse sistema é permitir melhor organização daquele poder. O problema é que a monarquia e mesmo o parlamentarismo republicano seriam, em nosso contexto, coisas bastante abstratas, ou seja, destituídas de vínculos dialéticos com o real. Isto porque tais instituições parecem não gozar de qualqeur legitimidade (aceitação, aderência, presença) em nossa cultura atual. São percebidas como algo distante, inviável e mesmo inexistente. Há considerável risco de que, por seu abstraimento, fracasse tal mudança institucional, comprometendo a democratização.

3. Os espanhóis têm uma grande e reconhecida tradição de radicalismo político. No entanto, sua redemocratização vem-se processando diametralmente diferente. Atitudes de concórdia, tolerância, harmonia e um sentido realista (dialético) do perigo penetraram toda a sociedade, *exceto os minoritários grupos radicais*. A isso se associam, por parte do povo e das elites, comportamentos democráticos reais, concretos e não meras intenções e definições legais em si. De um modo geral, pode-se dizer que a tática espanhola de liberalização consiste em deixar em suspenso,

pelo tempo necessário (a ser delimitado pela sensibilidade das diversas lideranças), as questões difíceis do momento e, mais que isto, em deixar temporariamente de pensar nelas ou de chorar por elas. Enquanto isto, vai-se atacando, num *sistema de incertezas,* os pontos mais à mão. Fixado *a priori,* só há mesmo a estratégia, o objetivo, não as táticas e os prazos. Procura-se viver no presente o que for possível, numa perspectiva temporal indeterminada, mas esperando-se inabalavelmente implantar adiante o que falta. Nesse processo, cada avanço constitui-se assim: um *comportamento* efetivamente democrático e os correspondentes cursos de ação oferecidos, naquele momento, pelas *instituições,* por sua vez exigidas por outros comportamentos etc. A partir de certa densidade, o processo pode acelerar-se, mas sem perder as características dialéticas (do contrário, pára ou retroage).

E as mudanças institucionais vão surgindo de uma maneira dosada. Dosadas não *in abstractu,* mas pela prática e exigências sociais negociadas. Assim surgiram a liberdade de opinião e de imprensa, vai-se abolindo gradualmente a legislação autoritária (por vezes, em apenas um artigo), concede-se uma anistia seletiva, formaram-se os partidos políticos etc. Nosso espírito geométrico na política (como bem conceitua Nelson de Souza Sampaio) e, correlativamente, nossa prolongada adolescência política desesperam dessa falta de planejamento detalhado (sob forma de uma nova Constituição anterior a qualquer prática, da abolição *a priori* de toda legislação autoritária etc.). A democratização espanhola é um *muddling throught.* Na verdade, não há nenhum plano político na Espanha, ao contrário do que por vezes se diz. Fixo mesmo, só há o objetivo de se alcançar a democracia, enunciado em termos bastante convencionais. O essencial é a prática (o comportamento), *segundo os valores democráticos e a sabedoria humana,* das poucas alternativas disponíveis num dado momento. Tais alternativas são fixadas apenas pela Coroa e pelo Governo, mas são acatadas, pois sabe-se que virão outras, dependendo-se do que se fizer agora. Claro que, na definição das medidas, ocorre uma informal articulação entre os grupamentos políticos e a Coroa/Governo. Contudo, não há prazos para a grande maioria dos casos, nem pode haver. Por outro lado, os passos são pequenos a fim de se preverem as conseqüências. Como os jogadores estão dispostos a alcançar o objetivo de maneira apenas parcial num dado momento, repetirão os passos indefinidamente na maneira descrita. Nenhuma impaciência. Confiança total.

O que importa destacar é o seguinte: tal atitude, tal consciência resulta de uma correta percepção da realidade. Que realidade? O fato de na Espanha a direita ser extremamente forte, zelosa e autoritária (ao que digo: a direita é e será fortíssima, decisiva no Brasil! não o ver é total abstração, é trabalhar contra a democratização). Trata-se de uma realidade. A democracia só se conquista democraticamente e isto, por uma questão de valor e por motivos funcionais, exige a consideração de todos os entes sociais.

Essa atitude constitui uma extraordinária desalienação diante do real. Uma vitória diante daquela abstração legalista de exigir *a priori* ou uma lei totalmente nova para *resolver* todos os problemas, ou a revogação prévia e total das *leis de exceção*. Mas o *bacharelismo* não padece apenas dessa abstração do conteúdo (supor que apenas a lei resolve o problema e daí a prévia preocupação com ela). Sua alienação se manifesta também na obsessão da perfeição formal em si. Certo, no processo judiciário a forma é essencial. Estamos falando, porém, cavalheiros, do processo político, onde as forças sociais concretas jamais deixarão de agir apenas porque existe uma bela lei em contrário. Havendo interesse, uma força social produzirá sempre, e de maneira a-intencionada, a ideologia justificadora de suas agressões à lei. A atuação ou não-atuação de um agente social depende apenas do poder dos demais agentes e da irredutibilidade-limite econômica e tecnológica. Mesmo no processo judiciário, originariamente a forma é acatada apenas em razão do poder assimétrico do juiz; do contrário, a parte mais forte a desrespeitaria. "A nação está cansada dessa colcha de retalhos que tem sido a legislação, (...) dessas medidas casuístas moldadas com os interesses do momento", lamenta o deputado Pedro Simon.[1]

À medida que se conscientizar devidamente, verá o *bacharel* que os casuísticos interesses do momento, na maioria das vezes, constituem a essência desse caminhar rumo à democracia e que essa colcha de retalhos é um irrelevante mal diante do abstracionismo. Verá, em suma, que essa perfeição formal pode ficar para depois.

Por ocasião das últimas eleições espanholas, foi bastante acentuado pela imprensa o *bom humor ambiente* do país, sua falta de hostilidade, sua impregnação de *ruptura negociada* em vez de *ruptura drástica, sua recusa à provocação e ao desafio,* sua sabedoria em "aceitar conviver transitoriamente com os aspectos obscuros e as ambigüidades" de um processo redemocratizador, o antirevanchismo etc.[2] Mesmo agora, não se comete o primarismo formalista de querer abolir a ambigüidade da política, mormente num processo desses. Na Espanha não se jogam pedras no passado. Simplesmente não se fala dele no processo político. Não se ouvem quaisquer acusações, mesmo dos socialista e comunistas, contra Franco e sua saga. Simplesmente pratica-se uma nova vida. Na verdade, refere-se muito pouco ao Generalíssimo. Terá mesmo existido esse Franco, ele que parecia imenso, inarredável na planura espanhola? Ah, a força do silêncio... Com isto, ele foi exorcizado do Estado e quase desapareceu do processo político-eleitoral. Mas, em muitos segmentos decisivos da sociedade, o franquismo sobreviverá por muitos decênios. Apenas que, sem Franco, recolheu-se sem grandes amarguras numa vida letárgica, dependente de como andam as coisas.

1 *Jornal do Brasil,* 15 ago. 77, p. 4.

2 Cf. *Veja,* n. 456, 1 jun. 77.

Eis por que Juan Carlos, há dois anos da morte do caudilho e após eleições bastante democráticas, continua "o soberano mais poderoso da Europa Ocidental"[3] Sua competência inclui o poder de convocar referendos populares, nomear 41 membros para o Senado, exercer grande ascendência sobre o Gabinete etc. Por outro lado, continuam em vigor as leis constitucionais do tempo de Franco (Leyes Fundamentales), pois *somente agora* começarão os trabalhos constituintes. E assim por diante.

Dois fatores, entre outros, contribuem para o êxito espanhol. Primeiro, o temor de se repetirem os horrores de outra guerra interna. Não opera entre nós nenhum fator equivalente. Contudo, se para chegarmos à consciência adequada dependermos de um batismo de fogo nessas proporções e, em seguida, vivermos 40 anos de autoritarismo, então este é verdadeiramente um país infeliz. Em segundo lugar, contribuem as desastrosas conseqüências da precipitação com que os portugueses fizeram a redemocratização. Eis um efeito-demonstração (em sentido inverso) válido para todos: hispânicos, brasileiros, gregos e troianos.

Duas das últimas manifestações de nosso *bacharelismo* revelaram a grande alienação de amplos setores das elites. Trata-se da reinvidicação da Constituinte e da *Carta aos brasileiros*. Não é que fazer e abolir leis constituam em si abstração. O que faz da *Carta* um exemplo de impenitente alienação é a conclusão derivável de suas proposições: implementação não só *in totum* de certas políticas de ampla envergadura (Constituinte, *povo* governando, revogação dos atos institucionais...), mas também sua implantação antes de qualquer dialética. É fastidioso escrever uma coisa dessas: os arranjos legais não fazem por si nenhuma democracia. Nossa história já deu bons exemplos. Trata-se de uma objeção baseada apenas na argumentação geral deste ensaio. Contudo, o caso da Constituinte é mais grave. É que já transpareceu que a dominação não a permite. O choque aqui não é apenas com o argumento geral, mas com o real já manifestado. Logo, não dá, e não dá mesmo, dialeticamente falando, esse tipo de ação. Insistir nisto é matar-se por algo desnecessário, no momento, à democratização e, sobretudo, é trabalhar contra ela. É evidente que o regime se endureceria com o fechamento da questão em torno da Constituinte, e isto significa encerrar o processo no nascedouro. Como foi demonstrado, a democratização só será possível com um elemento do regime (embora aquele elemento *algo diferente*) controlando o processo. Constituinte é inexistência desse controle, senhores!

Na verdade, o governo delineará neste terreno algo na linha das últimas manobras de Franco. Segundo solenes declarações de seus porta-vozes, Geisel preparará uma Constituição a ser votada pelo atual Congresso, sendo este um de seus legados ao novo presidente. Tal como a legislação feita para Juan Carlos, a qual não poderá impedir, no devido tempo, a constituinte espanhola (já pronta para se instalar). Sendo militar o sucessor, possibilidade que parece a mais provável no caso brasileiro, a

[3] *Jornal do Brasil*, 23 jul. 77, p. 8.

tendência é de prevalecer, no futuro governo, o que se fizer agora. Mas vindo, depois deste, um civil e implantada, desse modo, uma democratização provavelmente mais efetiva, abrem-se possibilidades para os retoques decisivos na democratização. Não seria surpresa se, então, surgisse nova Constituição, o que dependeria de as forças de centro continuarem hegemônicas naquele sistema político. Isto porque o *poder moderador profundo* interviria novamente na eventualidade (menos provável, segundo me parece) de uma preponderância das esquerdas. O provável predomínio do centro naquele sistema democrático (observada a presente metodologia) faria que a ordem atualmente estabelecida continuasse sociologicamente a mesma, não obstante as aparências políticas. As forças centristas constituem a fração mais importante e construtiva da presente dominação. Postulo que, além da metodologia aqui proposta, o progresso econômico e social condicionaria a sobrevivência dessa dominação num sistema político aberto.

4. Outra característica da liberalização espanhola: seus líderes máximos — o rei e o Primeiro-Ministro Suárez — são extremamente atraentes, ao passo que os presidentes da Revolução de 64 têm-se revelado pobres neste terreno. O aspecto central de todo fenômeno atrativo é seu caráter *interpessoal,* como notaram Ellen Berscheid e Elaine Walster em obra sintomaticamente intitulada *Interpersonal attraction.* O que significa um caráter dialético. Vejamos como. Observem aquelas psicólogas sociais que a explicação vulgar do fenômeno dá-se através das *boas qualidades* da pessoa atraente, *qualidades* que parecem *impor-se* à nossa admiração. Assim, buscam-se os determinantes na honestidade, na dedicação, nos chamados *bons serviços prestados à nação,* no senso de humor, na mecha de cabelos grisalhos, no sorriso etc., do atraente. Acontece, porém, que as características do atraente são necessárias, mas as da outra pessoa, o atraído, também o são. Ou seja, a atração interpessoal é a união de elementos do atraente e do atraído. "Os olhos do espectador são tão importantes quanto aquilo que é observado", afirmam as autoras. Disse-o também Carlos Drummond de Andrade, numa crônica de alguns meses, referindo-se a Macunaíma: "Uma pouco da malícia do famigerado roraimense não pegaria mal na composição psicológica de um dirigente *adaptado às condições do mundo de hoje.*" Claro, os fatores da atração interpessoal não se limitam à *malícia* e à *composição psicológica* exigidas pelos padrões da cultura dominante. Normalmente, a expressão corporal e as características físicas são indispensáveis ao fenômeno, desde que de acordo com os olhos do atraído.

Vizinha da arte, a atração é em si indiferente à ética, não necessariamente contrária. Isto significa que pode resultar de determinantes dialeticamente formados que, do ponto de vista moral, são negativos. Numa entrevista meses atrás, perguntou-se a Jânio Quadros: "No colégio, o senhor já era líder?" Jânio: "Talvez o fosse, não pelas minhas virtudes, mas pelos meus defeitos." Freqüentemente, a pretensão reguladora da

ética só é cabível no *uso* da atração. Moralmente, tudo depende da aplicação que dela se faz.

A democratização será viável se conduzida dialeticamente. Seu condutor necessitará de forte legitimidade para executar os momentos que se desdobrarão entre as transformações institucionais e as atitudes dos diversos grupos. A atração interpessoal contribui para essa receptividade. Sua contribuição varia em cada situação concreta, havendo muitas teorizações a respeito. O certo, porém, é que, numa conjuntura como a que se aproxima, será grande seu peso. Além disso é preciso que esse condutor firme uma tendência majoritária para o futuro e não apenas *faça a democratização* e se retire (não ficaria de pé a obra). Não há política sem liderança e liderança é personalidade congruente com a situação. A atual dominação adquiriu, por circunstâncias explicáveis, um preconceito contra a personalidade na política, mas isso, não importa a justificação, soará sempre provinciano, caipira. Depois do mandato, a morada de um bom líder é ainda a política e não voltar para casa.

Do ponto de vista atrativo, o essencial é que esse tipo crie algo novo e revigorante em nosso gerontocrático e burocrático clima político. Isto exige juventude, espontaneidade, maior dinamismo no processo decisório, na propositura de novas questões e até na expressão corporal e no comportamento. Descritivamente, os traços seriam entre outros: inteligência, formação e informação intelectuais, boa aparência, um tipo puxado ao *urbano-industrial-ocidental* (Giscard d'Estaing, Suárez, Helmut Schmidt, por exemplo) e não o tipo *populista* ou *demagógico* etc. A primeira espécie seria dialética com a dominação vigente, o que é essencial. Por isso (entre outras razões), o tipo populista de esquerda torna-se manifestamente insustentável. Um líder, ademais, imaginativo, capaz de *ousadias* inconcebíveis atualmente: recrutamento do negro e da mulher para o ministério, acabar com a discriminação racial de fato em diversos setores do governo, dinamização pessoal e imaginativa dos problemas do menor, do posseiro e do meio ambiente (e não deixá-los apenas ao processamento burocrático) etc.

De nada vale argumentar que tal coisa depende também de circunstâncias *mais substanciais* como inflação e custo de vida, nível de emprego, qualidade da administração, visão etc. Sem dúvida, respondo. As coisas *racionais* também compõem o conjunto de elementos do atraído, com o qual o atraente será compatível. Acontece apenas que, atualmente, tornaram-se mais insuficientes, não obstante continuem necessárias.

Talvez pareça chocante aos espíritos mais conservadores e pouco afeitos à explicação sociológica, mas a natureza do mecanismo de troca da moderna economia implica um sistema cultural que exige tal coisa. Nas sociedades contemporâneas, o chefe de Estado tende a ser *também* a grande atração, a superestrela. Um carisma de consumo, bem diferente dos heróis totalitários.

Sob todos os ângulos percebe-se simultaneamente o baixo nível de atração e a natureza do atual regime. Por exemplo: diariamente, pelas fotos,

vemos a ambiência e os arranjos dos objetos no mundo presidencial (uso algumas categorias de Jean Baudrillard). O observador é sempre remetido a um ambiente de escritório, a um sistema socioideológico que se pode resumir na mentalidade de *bureau*. A preponderância dessa mentalidade indicaria uma dominação apenas tecnoburocrática, onde política é administração e governar um sistema político é como dirigir uma empresa. Vejamos como o presidente recebe suas visitas. Da maneira a mais arrepiante possível. A sala focalizada mais parece de diretor de sociedade anônima que de chefe de Estado. Senta-se o presidente à cabeceira de uma mesa de reuniões. A seu lado, a visita. Sobre a mesa, copos porta-lápis. Paredes de madeira lisas, sem luz. Para tudo, grandes mesas de reunião; jamais sofás, poltronas domésticas e objetos não-burocráticos. A frieza da ambiência, a cor e o estilo das vestimentas, o gestual tradicional lembram estranhamente as formas, a estilização, a ausência de miniaturização e demais elementos humano-ambientais do Kremlin. Vejamos agora a ambiência das antigas entrevistas no Rio de Janeiro. Ou as realizadas com Carter e os estadistas europeus. O ambiente é cálido, não raro em jardins agradáveis e acolhedores. Até o ângulo das fotos acaba diferente. O gestual é natural e atualizado, trescalando vida. Nos interiores: outras paredes, outras luzes (candelabros, abajures), os espelhos, relógios, a lareira, os jarros de flores, as cortinas são leves, mesas de centro, os assentos e demais móveis são de sala de visitas e impregnados de ressonâncias positivas na dimensão simbólica, a abstração do poderio, a intimidade concedida. O tipo da relações políticas revela-se afinal na seleção inconsciente dos ambientes e objetos, bem como no grau de sua revelação pública. Certamente não é por falta de belas árvores e belos arbustos (o próprio Alvorada os tem nos fundos).

Quanto à atração, o problema consiste em encontrar concretamente a pessoa. Consiste também em que esta encontre eficientes auxiliares para a estruturação de uma nova ambiência. A primeira pessoa é de longe o mais difícil. O único civil a se lançar, Magalhães Pinto, discrepa consideravelmente deste figurino. Contudo, dado o ainda necessário recrutamento por cooptação (como manda a dialética), a satisfação desses requisitos não exige um indivíduo de quem se tenha, publicamente, conhecimento. Independente disso, o esquema valeria à medida que aguçasse a atenção para essa dimensão perdida.

Buscando saídas não-abstratas para o impasse, detenho-me na questão dos partidos. Procurarei mostrar porque o atual bipartidarismo é um ponto de estrangulamento na democratização. Assim fazendo, ver-se-á que a reforma partidária seria também um passo verdadeiramente dialético.

Nosso sistema partidário tem defeitos insanáveis.

O primeiro consiste em tentar reviver antigas formas de bipartidarismo, historicamente superadas, cuja característica aqui relevante é a ausência de socialismo. Nóão é difícil demonstrá-lo. A primeira daquelas formas refletia a luta de classes na Europa do século XVIII e inícios do XIX. Tal bipartidarismo formava-se dos *conservadores,* a representarem a

BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSEN
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

velha nobreza proprietária de terras, e dos *liberais,* que mais não eram que a burguesia industrial em ascensão. É evidente que esse jogo nada tem a ver com o bipartidarismo do II Império brasileiro, não obstante seja este outra forma antiga também isenta de socialismo. O conflito básico do Império ocorria entre, de um lado, a classe dos grandes proprietários do interior, a se orientarem essencialmente por impulsos de *self-administration* e *self-government,* constituindo assim os *liberais,* e, de outro lado, o estamento burocrático estatal aliado aos comerciantes do litoral, cuja tendência era centralizadora e *conservadora.* Esta grande luta, aqui apenas referida, constitui tema freqüente nos analistas mais profundos de nossa história. Como salienta Duverger em diversos trabalhos, o *bipartidarismo atual* dá-se entre, de um lado, os *conservadores,* agora formados pelos representantes da burguesia, e, de outro, os *trabalhistas,* sendo estes a elite política do proletariado a constituir a corrente socialista ou algo aproximado.

Procurando ressuscitar formas secundárias ou superadas de luta política, a Revolução de 64 evita que se coloque entre nós a oposição básica do mundo atual. O problema é que tal conflito existe em nossa sociedade. É nesse sentido que o bipartidarismo da Revolução é artificial.

Contudo, se é inútil iludir a oposição principal de nosso tempo, há procedimentos para administrá-lo e mesmo solucioná-lo. Mas, na situação brasileira, esse (e, ao que parece, qualquer outro) bipartidarismo não contribuirá para fazê-lo.

Um segundo defeito incurável decorre da conjuntura em que nasceram os dois partidos. Por obra do AI-2 vieram à luz um partido *situacionista* e, sem gradações, outro não-situacionista, o que, de nascença, condenou o MDB ao papel de combater o governo. Acontece que esse governo não é um qualquer, nos moldes daqueles que se inserem numa longa história de revezamentos entre partidos. É um algo mais vasto e profundo surgido contra outro algo vasto e profundo. De modo que combater, criticar e opor-se a esse governo é fazê-lo contra aquele algo que insurgiu, ou seja, a Revolução de 64.

Veja-se o diabólico da situação.

Todas as tendências de esquerda — estas existem, queiram-no ou não — abrigaram-se naturalmente naquele partido forçadamente oposicionista e contrário à Revolução de 64, pois esta, recusando-se a reconhecer o conflito fundamental de nosso tempo, tornou-se a maior adversária das mesmas. Isto agravou a prévia condenação ao partido, aumentando-lhe a aura de subversão. Acontece que grande número de liberais das classes médias já se encontrava no MDB, constituindo sem dúvida a maioria do partido. Também foram para o MDB grupos que nem eram de esquerda, nem propriamente liberais. Aqui, em última análise, devido à incapacidade dos regimes tecnoburocráticos autoritários para gerar atração ou a fatores econômico-sociais importantes (renda baixa e inflação). Recentemente, ponderáveis setores da grande burguesia privada (não todos, como se depreende das posições de Theobaldo de Nigris, Mário Leão Ludolf e

Fábio Araújo Mota) assumiram certa atitude oposicionista, ao pleitear a abertura política, evidentemente como instrumento contrário à tecnoburocracia estatal. Figuremos agora as *transferências de comportamento* facilmente ocorríveis num contexto desses. Essas transferências ocorrem por várias razões: aprovação social, interdependência e acomodação, interação padronizada etc., conforme se vê no manual de Kenneth J. Gergen. Toda a esquerda, sem exceção acabou liberal na presente conjuntura, mesmo que não fosse seu objetivo permanente, ao passo que os demais grupos (com exceção daqueles setores burgueses, que, afinal, não foram para o MDB, mas se aliaram num ponto específico) receberam pelo menos uns matizes esquerdizantes. Em suma, aumentou a tendência de a esquerda identificar-se com a oposição. E a culpa não é desta. Em fevereiro de 76, certo coronel-aviador reformado devolveu ao MDB um diploma concedido por serviços prestados. Suas palavras são sintomáticas: "Nada fiz para ajudar o MDB (...). Por coerência e lealdade, jamais *contestaria* qualquer *governo da Revolução,* apoiando ou ajudando um partido da *oposição.*"[4] Uma situação destas não pode continuar, pois é antidialética com a essência do grupo dominante e, portanto, com a democratização agora. O regime não conseguirá fazê-la com esse bipartidarismo.

Entraremos decisivamente nas águas da democratização quando se desagregar o conglomerado emedebista. E o arenista. Ou seja, é preciso discriminar partidariamente os grupos sociais *essenciais,* a fim de que se exponham e atuem segundo sua natureza e força. Mas quais são as classes sociais mais influentes na política? Sem falar da tecnoburocracia do Estado e seus *chefes* supremos nomeáveis, diante da qual se estruturará então a sociedade civil, são os seguintes: a) o grupo social mais essencial da atualidade (empresários capitalistas), proprietário da atividade econômica dinamizadora do sistema (indústria em sentido amplo, incluindo a moderna agricultura), bem como outros empresários diretamente ligados a eles (o grande comércio); b) os assalariados de médio e baixo níveis, mais os trabalhadores urbanos em geral; c) o grupo social proprietário de uma atividade econômica essencial do passado, agora em vias de desaparição ou mudança (o fazendeiro da agricultura tradicional, bem como o sistema sociocultural a ele associado). Para início de argumentação, postulo uma tendência, na sociedade, para se formarem três partidos com base nesses subsistemas, sendo recessivo o último. Contudo, é praticamente impossível que o sistema partidário se limite a três partidos ou que ocorra uma reprodução dos antigos UDN, PTB e PSD, cujas bases tendiam a ser, respectivamente, as descritas (o grupo social que originou a tendência PSD revelará considerável declínio).

Nesse sentido, afirmo o já sabido: pelo menos num nível mais operacional, os determinantes do número e natureza dos partidos não se limitam às classes sociais. Deve-se, por isso, introduzir um grupo de quatro fatores

[4] *Jornal do Brasil,* 25 fev. 76, p. 2.

(na verdade, quatro perspectivas diferentes para uma mesma realidade) assim caracterizados: *históricos, psicossociais* (interação padronizada), *sociais* (as diversas estratificações) e *culturais* (étnicos, religiosos e ideológicos em geral). Com a evidente exceção dos religiosos e étnicos, seriam esses os determinantes de possíveis ressurgências (certamente com modificações) das antigas agremiações, através de suas lideranças sobreviventes em partes da população. Isto parece bastante provável com a UDN. Com isto, teríamos mais de um partido no centro moderado. Um terceiro determinante da configuração do sistema partidário é o que Duverger chama de *fator técnico*. Tratam-se das características do *regime eleitoral* adotado: majoritário simples, majoritário de duas votações, representação proporcional (sempre corrigida), voto distrital, uma ou duas votações etc. Como se sabe, o mecanismo eleitoral contribui, não raro decisivamente, para a subrepresentação, a super-representação e a popularização das correntes partidárias. Eis um fator a ser também determinado diante das necessidades concretas. Um quarto determinante são as restrições legais diretas.

De modo que, dependendo dessa constelação de fatores, há uma tendência para os *segmentos* importantes das três classes gerarem partidos próprios, além daqueles mais típicos de cada classe *como um todo*.

Quatro ou cinco partidos, como na Escandinávia? Seria temerário fixar definitivamente um número antes de uma boa experiência. Mas, para começar, é preciso dispor de uma estratégia provisória, o que é bastante dialético. Mesmo o provisório não será abstração, mas hipótese induzida de observações esparsas verossímeis (como estas que faço). Com bases nestas, sugiro *cinco* como um bom número condicional. Por outro lado, dada a atuação de influências históricas desses últimos 30 anos, é preciso graduar e diversificar a esquerda, permitir uma configuração mais burguesa das classes médias e isolar a corrente conservadora (provavelmente a UDN ressurgida). Talvez a coisa fique mesmo nos cinco.

Penso que seriam prejudiciais eleições inicialmente sem inscrição partidária (voto sem legenda), para posterior definição nos partidos a serem criados. Isto porque as bases socioculturais dos futuros partidos estão aí e o lastreamento nelas constitui a única forma de se criarem sólidas agremiações. Ora, as eleições individualistas sem legenda fazem-se, em geral, independentemente *destas* macrobases. De forma que, esses eleitos, ao se infiltrarem nos futuros partidos, os descaracterizariam de início. Seria menos negativo em países que, por força de autoritarismos mais intensos que o nosso, não conheceram estruturas partidárias por longos decênios, como Espanha e Portugal.

Não se deverá impor a todos os partidos a mesma estrutura organizacional. As restrições legais devem-se limitar aos princípios ideológicos fundamentais, silenciando-se (ou quase) na organização. Os partidos devem organizar-se da maneira que mais lhes convier, inclusive na distribuição especial Isto porque a organização interna é uma arma que cumpre a cada um descobrir, não cabendo ao Estado nivelá-los por baixo. Afora aqueles princípios, deve-se preocupar com o número de

partidos, de modo a evitar a pulverização. No mais, que sejam agrupamentos vivos, surgidos espontaneamente das mais relevantes matrizes sociais.

Abrindo-se tão favoráveis opções às forças que realmente interessa à sociedade institucionalizar, torna-se inadmissível a sublegenda.

Faça o que puder e seja quem for, parece claro que nenhum militar terá bases de legitimidade para alcançar nível e estilo de democracia comparáveis ao da Espanha atual, como se deduz da análise feita aqui. Isto não veda a possibilidade de consideráveis avanços no próximo período. Contudo, para se criar o quadro definitivo, o civilismo é insubstituível e terá de vir um dia. Pode-se dizer que, no momento, não há civis inteiramente adequados a *essa* tarefa, a julgar ainda pela análise. Talvez me engane, mas é a impressão que tenho. Realmente, são escassas as probabilidades de uma surpresa neste ponto. Sendo assim, surge o passo mais dialético: abrir o leque partidário e fazer no possível uma política *à l'espagnolle*. Somente assim, sem medo e sem ódio, nascerão verdadeiros líderes. E, então, tudo poderá ser diferente.

SE VOCÊ ACHA QUE SABE TUDO SOBRE PSICOLOGIA, NÃO DEVE ASSINAR ABPA.

ABPA* destina-se aos profissionais de psicologia que desejam estar bem informados.

Em suas páginas, o leitor encontra sempre novas questões. ABPA publica artigos e comentários atuais sobre temas psicológicos e informa sobre tudo que se publica na área da psicologia. Não assine ABPA se você não deseja questionar seus conhecimentos.

* **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (diga** ABPA)